

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.619.095 - GO (2016/0208669-7)**

RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL

RECORRIDO : SINTFESP-GO/TO - SINDICATO DOS TRABALHADORES  
FEDERAIS EM SAUDE E PREVIDENCIA NOS ESTADOS  
GO/TO

ADVOGADA : JOSILMA BATISTA SARAIVA - DF011997

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. ABONO DE PERMANÊNCIA. IMPOSTO DE RENDA. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Proposta a ação depois de 09/06/2005, a prescrição é quinquenal (RE 566.621/RS, r. Ministra Ellen Gracie, Plenário do STF).

2. Não obstante a orientação do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.192.556 ("recurso repetitivo"), r. Ministro Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, julgado em 25/08/2010, as 7ª e 8ª Turmas deste Tribunal têm entendimento divergente de inexigibilidade do imposto de renda sobre o abono de permanência.

3. Apelação do autor provida.

Na origem, trata-se de ação de restituição de indébito que pleiteia o ressarcimento, aos substituídos do autor, dos valores adimplidos a título de imposto de renda sobre o abono de permanência. O valor da causa, em julho de 2010, era de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A sentença julgou improcedentes os pedidos autorais, notadamente em virtude do julgamento, pelo STJ, do REsp repetitivo 1.192.556. O tribunal *a quo*, por sua vez, reformou a sentença, conforme ementa acima colacionada.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação ao art. 535, II do CPC/73. Sustenta, em síntese, que o tribunal *a quo* foi omissos ao não se manifestar sobre as questões deduzidas em sede de embargos de declaração.

Aduz, ainda, malferimento ao art. 4º da Lei 10.887/04, aos arts. 43, 97 e 111 do CTN, ao art. 62 da Lei 7.713/88, ao art. 25 da Lei 8218/91, ao art. 39 do Decreto 3.000/99 e ao art. 8º da Lei 9.250/95. Afirma, em resumo, que o abono de permanência tem natureza remuneratória, motivo pelo qual sobre ele deve incidir imposto de renda.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão, o

recorrido alega a existência do óbice da Súmula 211/STJ e, no mérito, sustenta que o abono de permanência tem natureza indenizatória não sendo, portanto, verba passível de incidência de imposto de renda.

É o relatório. Decido.

A matéria deduzida no presente recurso especial, qual seja, a incidência do Imposto de Renda sobre o abono de permanência de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, se amolda àquela tratada no REsp n.1.192.556/PE apreciado sob o rito dos recursos repetitivos e vinculado ao Tema n. 424.

Na ocasião, firmou-se a tese de que:

Sujeitam-se a incidência do Imposto de Renda os rendimentos recebidos a título de abono de permanência a que se referem o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, e o art. 7º da Lei 10.887/2004.

O referido julgado recebeu a seguinte ementa:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA.

1. Sujeitam-se incidência do Imposto de Renda os rendimentos recebidos a título de abono de permanência a que se referem o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, e o art. 7º da Lei 10.887/2004. Não há lei que autorize considerar o abono de permanência como rendimento isento.

2. Recurso especial provido.

Ao tratar do julgamento dos recursos repetitivos, o Código de Processo Civil de 2015 estabelece em seus arts. 1.030, 1.040, II, e 1.041, *verbis*:

Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

I – negar seguimento:

(...)

b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;

Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma:

(...)

II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior; [...]

Art. 1.041. Mantido o acórdão divergente pelo tribunal de origem, o recurso especial ou extraordinário será remetido ao respectivo tribunal superior, na forma do art. 1.036, § 1º.

§ 1º Realizado o juízo de retratação, com alteração do acórdão divergente, o tribunal de origem, se for o caso, decidirá as demais questões ainda não decididas cujo enfrentamento se tornou necessário em decorrência da alteração.

§ 2º Quando ocorrer a hipótese do inciso II do caput do art. 1.040 e o recurso versar sobre outras questões, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, depois do reexame pelo órgão de origem e independentemente de ratificação do recurso, sendo positivo o juízo de admissibilidade, determinar a remessa do recurso ao tribunal superior para julgamento das demais questões.

Dos dispositivos acima transcritos, denota-se que cabe ao Ministro Relator, com o julgamento do paradigma, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para que seja reexaminado o acórdão recorrido e realizada a superveniente admissibilidade do recurso especial.

Desse modo, prestigia-se o propósito racionalizador da sistemática dos recursos representativos de controvérsia que estabelece ser de competência dos Tribunais de origem, de forma exclusiva e definitiva, a adequação do caso em análise à tese firmada no julgamento de recurso repetitivo, de modo a inviabilizar a interposição de qualquer outro recurso subsequente a esta Corte que trate da mesma matéria.

O referido entendimento restou assentado no art. 34, XXIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com a atribuição de competência ao relator para “determinar a devolução ao Tribunal de origem dos recursos especiais fundados em controvérsia idêntica àquela já submetida ao rito de julgamento de casos repetitivos para adoção das medidas cabíveis”.

No mesmo diapasão, confirmam-se os seguintes julgados:

**PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA OBJETO DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL A QUO.**

1. Julgado o tema pela sistemática dos recursos repetitivos, esta Corte Superior orienta que os recursos sobre a mesma controvérsia devem retornar ao Tribunal de origem para que este faça o juízo de conformação, nos termos do que dispõem os arts. 1.040 do CPC/2015 e 34, XXIV, do RISTJ.

2. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 729.327/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 05/02/2018)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DETERMINOU A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM PARA OBSERVÂNCIA DA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. INSURGÊNCIA DA AUTORA.**

1. Em havendo a matéria sido julgada sob o rito dos recursos repetitivos, no caso tema nº 667, necessária a devolução dos autos à Corte de

origem para o devido juízo de retratação, nos termos dos artigos 1.040 e 1.041 do CPC

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 523.985/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 02/03/2018)

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c.c. o §2º do art. 1.041, ambos do CPC/2015: a) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação deste Superior Tribunal de Justiça, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator